



Apresentação

A CNTE _ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, entidade representativa de 2,5 milhões de trabalhadores da educação pública básica brasileira, organizados em 29 sindicatos estaduais filiados é a realizadora da Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

A Marcha, atividade que tem caráter de mobilização nacional, vem se tecendo desde abril, como um processo de construção nascido nas escolas e articulado ao objetivo mais amplo e unitário de defesa e promoção da educação pública. Foram debates, plenárias, marchas municipais e estaduais, audiências públicas, os instrumentos utilizados para fazer da Marcha uma realidade cotidiana e a expressão das cores e dores de nossa escola.

Marchar, para nós, tem o significado de movimento coletivo, em cadência com o nosso projeto social e nossos sonhos de felicidade. Marchar em Defesa e Promoção da Educação Pública, em conjunto com pais e mães e estudantes nos dá a dimensão do papel da escola na sociedade. Ultrapassar os muros desta escola, trazê-la presente e viva no imaginário social é tarefa urgente da qual nós, trabalhadores/as em educação não nos furtamos. Desejamos, com a nossa Marcha, que esta urgência seja compartilhada com outros setores da sociedade e se torne mais consistente nas agendas governamentais.

Para contribuir com esta aliança e, ao mesmo tempo, apresentar o diagnóstico, as propostas, as experiências e as reivindicações, a CNTE organizou um protocolo para ser aplicado e debatido como uma das atividades da Marcha nas escolas públicas do país, através das entidades filiadas.

O resultado desta consulta se constitui no documento "**Retrato da Escola**". O fato de estar inserido no contexto da Marcha dá ao seu resultado, embora subjetivamente, a dimensão da luta coletiva. O fato de ser, como o é, um instrumento objetivo de coleta de dados quantitativos e qualitativos, lhe confere condições concretas de leitura da realidade.

É cruzando estes dois universos que queremos potencializar o "**Retrato da Escola**". Como um documento de denúncia e de anúncio, revelador de muita coisa que já sabíamos, mas, também, despertador de tantas outras que precisam ser ditas e re-conhecidas.

Ao marchar pelas largas avenidas da capital do Brasil, a CNTE faz a entrega deste documento ao Congresso Nacional e ao Ministério da Educação. Certamente, não estamos sós. Acompanham-nos instituições civis, pais, mães, alunos, alunas, movimentos sociais, organizações populares, parlamentares, dirigentes e gestores do ensino público.

Que o simbolismo deste gesto possa significar o que projetamos como essencial na defesa e promoção da educação pública: a ampliação dos investimentos, a participação da sociedade, a qualificação e valorização

dos/as profissionais. Estes são fatores presentes na nossa luta e bem nítidos na consulta.

Para nós são, também, elementos constitutivos da educação como direito social básico. Lutar por este direito, em uma manifestação popular, é, ao mesmo tempo, lutar pela manutenção e ampliação do direito à cidadania _ o direito à terra, à moradia, à saúde, ao emprego. É estar presente no resgate da soberania nacional e na consolidação de uma Nação digna de seu Povo.

Brasília, 06 de outubro de 1.999



Defesa e Promoção da Educação Pública

A Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública é um movimento nacional que conclama toda a sociedade para resgatar a importância de uma das mais decisivas formas de promover dignidade e cidadania: A EDUCAÇÃO.

87% dos/as estudantes brasileiros/as estão nas escolas públicas. Mas, não basta estar matriculado.

Estudar numa escola pública bonita, com instalações e ambientes confortáveis, limpos e seguros, contendo laboratórios, computadores, bibliotecas, quadras de esportes, profissionais qualificados/as e valorizados/as, com as condições necessárias para o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, garantida e financiada pelo Estado, é o que a sociedade brasileira exige e a população merece. Uma escola onde crianças, jovens, mulheres e homens de todas as idades participem decisivamente da construção de uma Nação de qualidade social, voltada para a inclusão de cada cidadão/ã.

A nossa Marcha se associa à luta pela abertura e preenchimento das vagas na educação pública que eliminem, na sua totalidade, os déficits de matrículas em todos os níveis e modalidades de ensino: educação especial, indígena, de jovens e adultos, desde as creches até a universidade, incluindo a formação profissional e técnica, erradicando o analfabetismo. É o direito não apenas ao acesso, mas à educação de qualidade.

A qualidade entendida e defendida por nós, não se resume a taxas de matrículas e de promoção. São indicadores importantes, porém insuficientes para responder às exigências de uma qualidade que se impõe mais abrangente e relacionada a outros indicadores: salários dignos, programas de formação permanente e melhoria da infra-estrutura das escolas. Essas também são as expectativas de pais e mães retratadas claramente na consulta "Retrato da Escola".

Tudo isso só é possível com o financiamento estatal, ampliando a aplicação dos recursos dos atuais 3,7% para 10% do PIB (Produto Interno Bruto) na próxima década.

Os protocolos da consulta revelam uma consciência cada vez mais crítica e um nível de exigência cada vez mais acentuado em relação ao significado do caráter público da educação. Denunciando irregularidades graves na gestão dos recursos constitucionais, ao mesmo tempo, indicam a necessidade de participação no acompanhamento e controle social desses recursos, democratizando a gestão e ampliando os níveis de autonomia escolar.

A importância da educação escolar, na ótica do direito é apontada como relevante por 68% dos pais e mães entrevistados/as. Já seria um dado

significativo se tomado isoladamente. Contudo, ao relacioná-lo com os 70,18% desses/as mesmos/as pais e mães que não possuem a escolarização de ensino fundamental completo, torna-se ainda mais contundente.

A exibição de fatores desta natureza, não somente reforça o nosso compromisso em defender e promover a educação pública, como coloca à prova a responsabilidade dos/as governantes no seu atendimento.

A mera aplicação das necessidades e das possibilidades de mercado tem nítido componente de exclusão e seleção progressivas. 1/3 da população tem caráter de excedente nesta lógica. Portanto, para essa crescente parcela do Povo não resultaria produtivo o crescimento do investimento em políticas estratégicas de atendimento ao direito. No máximo, políticas compensatórias emergenciais assistenciais e caritativas. 19 milhões de analfabetos adultos e 54 milhões de sub _ escolarizados perdem a condição de igualdade de acesso às melhores condições de qualidade de vida, já possíveis na nossa sociedade.

O desejável e já real aumento das matrículas no nível médio enfrenta a absoluta falta de perspectiva de ampliação dos recursos públicos na mesma medida, crescentemente disponibilizados, para consolidá-lo na busca de sua universalização já preceituada na lei. É outro fator de agudas preocupações. Especialmente, tendo em vista os dois primeiros anos de implementação do FUNDEF com efeitos notórios sobre o paradoxo aumento de matriculados/as X redução progressiva do gasto per capita, além da já sentida redução de oferta da educação infantil. A CNTE reitera, uma vez mais a urgência da retomada de um regime de colaboração que comprometa mais decisivamente a esfera federal no cumprimento dos ditames constitucionais e associa-se aos diversos agentes sociais e políticos que levantam a proposta de consolidação de um Fundo Constitucional para toda a Educação Básica. Do mesmo modo repudia quaisquer iniciativas que coloquem em risco os parcos atuais patamares de investimento público e repudia toda e qualquer iniciativa de contrapor o financiamento da educação básica de qualidade ao financiamento do ensino superior público.

Com apenas 1/3 da população universitária da Argentina (por exemplo), também é grave a ameaça de identificar a autonomia universitária à redução de responsabilidades públicas do governo com a sustentação das universidades federais brasileiras e as restrições impostas aos Estados em ampliar seus investimentos hoje consolidados. A autonomia didática, administrativa e pedagógica não se identifica com inanição de recursos, indigência financeira ou entrega do patrimônio cultural, científico e tecnológico ao jogo dos sabores do mercado global.

São metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - proposta da sociedade brasileira, junto de ampla participação dos setores organizados da sociedade, cujas concepções de ser humano, de sociedade, de democracia, de educação, de escola, autonomia, currículo, avaliação, entre outras, diferenciam-se das governamentais, expressas na sua política educacional.

Dar novo significado, pois, à defesa e promoção da educação pública, no horizonte do direito é o objetivo basilar da Marcha Nacional, expresso em todo o seu percurso:

- Ampliar os recursos da educação para 10% do PIB Nacional, na próxima década;
- Divulgar as experiências pedagógicas e educacionais mais significativas

para assegurar a educação como direito universal;

- Garantir vagas nas escolas públicas para todos/as, erradicando o analfabetismo;
- Reivindicar emprego para todos/as os/as trabalhadores/as;
- Defender a soberania nacional.

Para fazer frente aos problemas que mais ofendem a educação pública, este "Retrato da Escola" apresenta as reivindicações apontadas pelos diversos segmentos envolvidos:

- Salários dignos para os/as trabalhadores/as em educação;
- Programas de formação permanente para todos/as os/as trabalhadores/as em educação;
- Melhoria e dotação da infra _ estrutura das escolas, que inclua áreas de lazer, desporto, expressão artístico - cultural;
- Melhoria dos equipamentos e materiais didáticos;
- Preenchimento dos quadros de professores/as e funcionários/as através de concurso público;
- Oferta regular de merenda de qualidade para todos/as;
- Democratização da gestão;
- Oferta de cursos profissionalizantes de nível técnico; e
- Aprovação e implantação de planos de cargos, carreira e remuneração para professores/as e funcionários/as.



Abrangência da Consulta

1. Metodologia Aplicada

O "Retrato da Escola" foi elaborado a partir da aplicação de consulta organizada pela CNTE.

Os protocolos foram aplicados em escolas das redes públicas municipais e estaduais.

As questões estão divididas em três blocos:

1º dados de identificação da escola, coletados do próprio arquivo da escola.

2º expectativas e avaliações dos problemas da escola e da educação na ótica dos trabalhadores em educação.

3º expectativas e avaliação dos problemas da escola e da educação na ótica dos pais/mães e alunos/as.

Para as questões de dimensão coletiva foi orientado que fossem convocadas plenárias, com a dupla função de discutir o conteúdo das respostas a serem dadas e refletir sobre o questionário no contexto da Marcha.

Os dados aqui apresentados retratam as tendências dos fatores analisados.

Cada entidade tabulou os dados do estado, sendo estes remetidos à CNTE que fez a tabulação final. A síntese final reflete dados dos estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

É propósito da CNTE completar os dados com os resultados dos demais estados e, neste sentido, organizar nova publicação ampliada e atualizada.

2. Descrição das variáveis

- identificação da escola em relação a:

- municípios e estados em que está localizada
- rede de ensino a que pertence
- quantidade de alunos:

- por turno e nível de ensino

- matriculados e freqüentando
- quadro de pessoal:
 - professores
 - funcionários
 - especialistas
- * considerando a situação funcional:
 - efetivos
 - estáveis
 - contratados temporariamente
 - terceirizados
- direção da escola:
 - nomeada/indicada
 - concursada
 - prova de seleção p/ eleição direta
 - eleições diretas
- jornada de trabalho prevalecente na escola (semanal)
 - 20h
 - 30h
 - 40h
 - outras
- relação dos profissionais da escola com o novo

Plano de Cargos Carreiras e Remuneração

- se estão enquadrados
- se os funcionários foram incluídos
- em que se baseou a elaboração
- qual é a avaliação feita sobre o PCCR

3. Análise Fatorial

3.1 Problemas da Escola quanto à natureza:

- organização curricular
- estrutura e equipamentos
- profissionalização
- gestão
- outros
- principais dificuldades

3.2 Qualidade do Ensino

- organização curricular
- estrutura e equipamentos
- profissionalização
- gestão
- outros
- principais dificuldades
- problemas que mais agridem a dignidade e a imagem dos trabalhadores em educação

3.3 Reivindicações

- cruzar as respostas por segmento (pais, mães; alunos/as e trabalhadores/as em educação)
- o que é comum aos três
- o que é mais presente em cada um dos segmentos

3.4 Gestão: (da escola e do sistema)

- forma de provimento da função de direção
- problemas da escola quanto à gestão
- caracterização da gestão da escola
- irregularidades na gestão (da escola e/ou da rede de ensino)
- gestão dos recursos; controle e acompanhamento social dos recursos constitucionais
- jornada de trabalho
- profissionalização

3.5 Expectativas e avaliação dos pais e alunos:

- condições salariais dos trabalhadores em educação x importância da função
- reorganização escolar idade/série
- papel da educação escolar
- comparação entre gestões atuais e anteriores
- nota para a escola pública na escala de zero a dez
- reivindicações específicas dos pais/mães e alunos

3.6 Relação escola e governo

- organização de turmas por idade/série
- papel da educação
- comparação entre gestões governamentais atuais e anteriores
- nota atribuída à escola
- sinais de privatização existentes na escola
- denúncias de irregularidades
- controle e acompanhamento dos recursos constitucionais
- avaliação do PCCR
- legislações e políticas educacionais

3.7 Violência nas escolas

- formas de manifestações
- relação com a gestão da escola
- reivindicações dos pais/mães e alunos

3.8 Imagem dos/as trabalhadores/as em educação

- agressão à dignidade e imagem dos trabalhadores em educação
- condições salariais x importância da função
- nota atribuída à educação

3.9 Perfil dos/as trabalhadores/as em educação

- modalidade de contratação

- jornada de trabalho

- profissionalização

3.10 Escolarização dos pais/mães

4. Experiências pedagógicas significativas



Análise dos dados

1. Identificação das Escolas:

A aplicação dos questionários atingiu todas as regiões brasileiras, nas zonas urbana e rural.

As escolas pesquisadas pertencem às redes estaduais e municipais, com oferta de todas as etapas da educação básica, sendo quantitativamente bastante inferior a oferta de creche e pré - escola.

Pelos dados apresentados percebe-se nítidos sinais de evasão escolar, sendo maior a incidência no período noturno.

Em relação à quantidade de trabalhadores/as em educação cresce o número de contratações temporárias e verifica-se um significativo número de terceirizados/as no segmento dos funcionários/as.

Quanto às direções das escolas, percebe-se que a grande maioria é indicada. Porém, é considerável a presença de eleições diretas para direção, sejam ou não regulamentadas por lei.

A jornada de trabalho dos/as professores/as é majoritariamente de 40 horas.

Quanto ao enquadramento no Plano de Cargos Carreiras e Remuneração, a maioria não foi enquadrada, e dentre os/as que foram destacam-se os/as professores/as e excluem-se os/as funcionários/as. A maioria dos Planos foi baseada em processo de negociação com a categoria e a grande parte deles não foi ainda votada. Entre os que estão em vigor, alguns apresentam problemas com a implementação.

2. Análise fatorial:

2.1. Natureza dos Principais Problemas da Escola:

2.1.1. Organização Curricular:

. Pelos dados pesquisados os maiores problemas encontrados nas escolas por ordem são:

- Número excessivo de alunos/as por sala de aula;
- Baixa frequência ou evasão em decorrência do trabalho infantil;
- Redução de vagas na escola, principalmente na pré - escola.

Um quarto fator que não apareceu com muita incidência foi o referente à alteração de grade curricular. Sabendo que esta é uma questão do debate atual, a baixa incidência pode significar a ausência de discussão ou atraso na implementação das alterações previstas na LDB.

2.1.2. Estrutura e Equipamentos:

Através dos dados, verifica-se que os principais problemas das escolas, por ordem são:

- Precariedade e ausência de equipamentos (computador, kit tecnológico _ vídeo, tv, antena, freezer, geladeira, fogão, fotocopadora);
- Precariedade da infra - estrutura física da escola (telhado, pintura, piso, redes hidráulica e elétrica, drenagem, sanitários, bebedouros);
- Falta de material didático - pedagógico;
- Falta de carteiras para os/as alunos/as;

- Falta de documentação escolar (diário de classe, pastas de alunos, fichas de transferências, dentre outros).

Esta série de problemas detectados guarda estreita coerência com o conjunto das reivindicações de pais e mães, de alunos/as e de professores/as e funcionários/as.

2.1.3. Profissionalização:

Por ordem os fatores são:

- Salários indignos;
- Falta de uma política de formação para os/as funcionários/as;
- Falta de uma política de formação para os/as docentes.

Observa-se que o fator "salário indigno" aparece com uma incidência bem mais acentuada em relação aos demais. Destaque-se, também, que, apesar de ser um fator que diz respeito aos trabalhadores/as em educação, é apontado como uma das dificuldades da escola pelos pais e mães e pelos/as alunos/as.

2.1.4. Gestão:

Por ordem os fatores são:

- Irregularidades nos repasses de recursos financeiros para a escola;
- Irregularidades no fornecimento de merenda escolar;
- A escola é alvo de atos de violência;
- Gestão autoritária da escola.

2.1.5. Outros problemas apontados:

- Falta de funcionários/as: merendeiras, vigias, zeladores/as;
- Falta de interação família - escola;
- Falta de segurança.

2.2. Qualidade do Ensino:

2.2.1. Principais dificuldades para desenvolver uma educação de qualidade:

Por ordem:

- Falta de vontade política dos/as governantes;
- Professores/as desmotivados/as;
- Falta de recursos didático - pedagógicos;

2.2.2. Problemas que mais agridem a dignidade e a imagem dos trabalhadores em educação.

Por ordem:

- Os baixos salários da categoria;
- A marginalização dos/as trabalhadores/as em educação nas decisões da política educacional;
- Falta de espaço para estudo individual ou em grupo, pesquisa e desenvolvimento de projetos pedagógicos;
- Falta de estímulo e reconhecimento profissional;

É inequívoco que a qualidade do ensino está também relacionada a indicadores da organização curricular, da estrutura e equipamentos, profissionalização e da gestão, destacando-se neste último a ausência de concurso público na maioria dos estados e dos municípios.

2.3. Reivindicações:

As reivindicações foram levantadas por segmento da comunidade escolar, sendo as mais presentes em cada um deles as seguintes:

2.3.1. Dos pais e das mães:

- Melhoria salarial dos/as trabalhadores/as em educação;
- Melhoria na infra-estrutura escolar e mais segurança nas escolas;
- Melhoria nos equipamentos;
- Profissionais qualificados (oferta de cursos de atualização) e merenda de qualidade;
- Recursos humanos e financeiros e materiais didático - pedagógicos suficientes.

2.3.2. Dos/as alunos/as:

- Melhoria na estrutura física, material e didática das escolas (construção de quadras de esportes, laboratórios, biblioteca, livros atualizados,

manutenção, limpeza e segurança da escola);

- Merenda (melhor qualidade, ampliação para todos os turnos e níveis);
- Democratização da gestão (eleição para diretores/as, maior participação dos/as alunos/as, conselho escolar);
- Ensino de qualidade (salários dignos, preenchimento do quadro de professores/as e funcionários/as, concurso público, professores/as habilitados/as e preparados/as, informatização das escolas, aulas extra - classe);
- Cursos profissionalizantes.

2.3.3. Dos/as trabalhadores/as em educação:

- Questão salarial (salários dignos, aumento salarial, regularidade no pagamento, política salarial);
- Formação permanente;
- Aprovação e implantação do Plano de Cargos Carreiras e Remuneração;
- Concurso Público;
- Melhoria da infra-estrutura e condições de trabalho (número de alunos adequado por turma, equipamentos, materiais didáticos, gestão democrática, manutenção dos direitos adquiridos _ previdência, hora - atividade).

Percebe-se que algumas das reivindicações dos diferentes segmentos são comuns, embora tenham sido levantadas separadamente. São:

- Salários dignos para os trabalhadores em educação;
- Programas de formação permanente para os/as trabalhadores/as em educação;
- Melhoria da infra-estrutura das escolas.

2. 4. Gestão da Escola e do Sistema:

2.4.1. Forma de Provimento da Direção:

Dos dados pesquisados, percebe-se que a grande maioria das direções é indicada. Porém, verifica-se a presença de eleições diretas para direção, sejam ou não regulamentadas por lei.

2.4.2. Problemas da escola quanto à gestão:

Por ordem os fatores são:

- Irregularidades nos repasses de recursos financeiros para a escola;
- Irregularidades no fornecimento de merenda escolar;
- A escola é alvo de atos de violência;
- Gestão autoritária da escola.

2.4.3. Caracterização da Gestão da Escola:

- Falta autonomia, segue as ordens da Secretaria de Educação sem questionar;
- Sofre interferência dos grupos político - partidários no poder;
- Não atende às necessidades dos/as alunos/as;
- Democrática e participativa (aberta à comunidade, transparente);
- Não há projeto político pedagógico;
- Democrática, mas com resquício de autoritarismo.

Os dados elencados demonstram, em relação à gestão da escola, um campo de contradições e, ao mesmo tempo, de disputa de projetos. A existência de processos de gestão democráticos e participativos na 4ª posição e a referência ao projeto político _ pedagógico, logo em seguida, são indicadores dessa disputa e significam uma alteração positiva na caracterização da escola.

2.4.4. Irregularidades na Gestão da Escola e/ou Rede de Ensino:

Por ordem:

- Clientelismo político (gestão, nomeação). Não aplicação dos recursos do FUNDEF (desvio e falta de repasse). Falta de prestação de contas das verbas;
- Irregularidades no envio da merenda escolar;
- Cobranças de propina para resolver questões funcionais, pagamento de cirurgia para apadrinhados/as. Cobrança de taxas, professores/as contratados/as em nome de terceiros, professores/as pagando

substitutos/as, contratações irregulares, rifas obrigatórias, desvio de materiais;

- Professores/as trabalhando sem habilitação. Excesso de alunos/as em sala de aula. Descumprimento da carga horária no período noturno.

2.4.5. Gestão dos Recursos Constitucionais:

Por ordem:

- O conselho de acompanhamento e controle da aplicação de recursos do FUNDEF foi apenas instalado, mas não funciona;
- O conselho foi instalado, mas funciona precariamente;
- Só tem repasse automático para a educação do dinheiro do FUNDEF;
- Não existe repasse automático para a Secretaria de Educação.

2.5. Expectativas e Avaliações dos pais e mães e dos/as alunos/as:

2.5.1. Comparando o trabalho que desempenham com o salário que recebem os/as trabalhadores/as em educação, a avaliação dos pais e mães e dos alunos é a seguinte:

- 68% acham que pelo trabalho que fazem os/as trabalhadores/as em educação recebem salários menores do que merecem;
- 11% acham que pelo trabalho que fazem os/as trabalhadores/as em educação recebem salários justos;
- 11% acham que pelo trabalho que fazem os/as trabalhadores/as em educação recebem salários maiores do que merecem;
- 10% não sabem dizer.

2.5.2. Reorganização das escolas e turmas de acordo com a relação idade/série:

Por ordem:

- 40% foram afetados/as e a sua situação melhorou;
- 27% não foram afetados/as;
- 12% não sabem dizer;
- 11% foram afetados/as, mas a situação não melhorou nem piorou
- 10% foram afetados/as e a situação piorou.

A avaliação de melhoria para os 40% dos afetados pode ter uma relação com a auto _ estima revalorizada, da parte de pais/mães e alunos/as, e da menor dificuldade na composição das classes com maior homogeneidade etária para os/as professores/as.

2.5.3. O Papel da Educação Escolar:

Sobre a forma de pensar o papel da educação escolar nos dias de hoje, a avaliação é a seguinte:

- 67% avaliam que a educação escolar é muito importante e sem ela não se vai muito longe;
- 13% não sabem dizer;
- 12% avaliam que a educação escolar tem uma certa importância, mas não é decisiva;
- 7% avaliam que a educação escolar já não é tão importante e a pessoa sempre pode se virar e se dar bem sem ela.

2.5.4. Comparação entre gestões governamentais:

Pelo que tem ouvido dizer em comparação com os governos/prefeituras anteriores o atual, para:

- 32% piorou a situação da escola pública;
- 31% deixou tudo na mesma;
- 26% melhorou a situação da escola pública;
- 11% não sabem dizer.

2.5.5. Nota atribuída à educação na escola pública:

Numa escala de zero a dez, a incidência maior aparece na nota seis e meio (6,5). Pode-se considerar que, a despeito do grau de dificuldade e de diversidade de problemas que apresenta a escola pública, a expectativa dos pais e mães revela um espaço de construção da melhoria da qualidade da educação.

2.5.6. Reivindicações dos pais e mães:

- Melhoria salarial dos trabalhadores em educação;

- Melhoria na infra-estrutura escolar e mais segurança nas escolas;
- Melhoria nos equipamentos;
- Profissionais qualificados (oferta de cursos de atualização) e merenda de qualidade;
- Recursos humanos e financeiros e materiais didático - pedagógicos suficientes.

2.5.7. Reivindicações dos alunos:

- Melhoria na estrutura física, material e didática das escolas (construção de quadras de esportes, laboratórios, biblioteca, livros atualizados, manutenção, limpeza e segurança da escola);
- Merenda (melhor qualidade, ampliação para todos os turnos e níveis);
- Democratização da gestão (eleição para diretores/as, maior participação dos/as alunos/as, conselho escolar);
- Ensino de qualidade (salários dignos, preenchimento do quadro de professores/as e funcionários/as, concurso público, professores/as habilitados/as e preparados/as, informatização das escolas, aulas extra - classe);
- Cursos profissionalizantes.

2.6. Relação Escola e Governo:

2.6.1. Reorganização das escolas e turmas de acordo com a relação idade/série:

Por ordem:

- 40% foram afetados/as e a sua situação melhorou;
- 27% não foram afetados/as;
- 12% não sabem dizer;
- 11% foram afetados/as, mas a situação não melhorou nem piorou
- 10% foram afetados/as e a situação piorou.

2.6.2. Comparação entre gestões governamentais:

Pelo que tem ouvido dizer em comparação com os governos/prefeituras anteriores o atual, para:

- 32% piorou a situação da escola pública;
- 31% deixou tudo na mesma;
- 26% melhorou a situação da escola pública;
- 11% não sabem dizer.

2.6.3. Nota atribuída a educação na escola pública:

Numa escala de zero a dez, a incidência maior aparece na nota seis e meio (6,5). Pode-se considerar que, a despeito do grau de dificuldade e de diversidade de problemas que apresenta, a escola pública a expectativa dos pais e mães revela um espaço de construção da melhoria da qualidade da educação.

2.6.4. Denúncias de Irregularidades:

Irregularidades na Gestão da Escola e/ou rede de Ensino:

Por ordem:

- Clientelismo político (gestão, nomeação). Não aplicação dos recursos do FUNDEF (desvio e falta de repasse). Falta de prestação de contas das verbas;
- Irregularidades no envio da merenda escolar;
- Cobranças de propina para resolver questões funcionais, pagamento de cirurgia para apadrinhados/as. Cobrança de taxas, professores/as contratados/as em nome de terceiros, professores/as pagando substitutos/as, contratações irregulares, rifas obrigatórias, desvio de materiais.
- Professores/as trabalhando sem habilitação. Excesso de alunos/as em sala de aula. Descumprimento da carga horária no período noturno.

2.6.5. Gestão dos Recursos Constitucionais:

Por ordem:

- O conselho de acompanhamento e controle da aplicação de recursos foi apenas instalado, mas não funciona;
- O conselho foi instalado, mas funciona precariamente;

- Só tem repasse automático para a educação do dinheiro do FUNDEF;
- Não existe repasse automático para a Secretaria de Educação.

2.6.6 Sinais de Privatização existentes na escola:

Por ordem:

- Professores/as contratados/as temporariamente;
- Estagiários/as contratados/as para ocupar o lugar dos/as profissionais em educação;
- Funcionários/as para limpeza e segurança contratados/as de forma terceirizada e temporariamente;
- Locação de espaços físicos da escola para empresas privadas;
- Cobrança de taxas ou contribuições;
- Existência de cursos privados de inglês, informática e outros atuando na escola.

2.6.7. Avaliação do Plano de Cargos e Remuneração:

Os principais problemas em relação ao Plano dizem respeito a não inclusão de todos/as os/as trabalhadores/as em educação, principalmente os/as funcionários/as. Embora aprovado e baseado em negociações com a categoria, em vários Estados, há problemas na implantação e no enquadramento, fazendo com que as expectativas de valorização profissional não tenham sido plenamente atendidas.

2.6.8. Legislação e Políticas Educacionais:

Acerca dos principais instrumentos de legislação e políticas educacionais implementadas a partir da Reforma Constitucional, o conhecimento da comunidade escolar é o seguinte:

Conhecem 40,49% 41,16% 18,68% 42,35% 22,13%

Ouviram falar 36,16% 37,62% 27,39% 38,74% 43,89%

Não conhecem 23,35% 21,22% 53,93% 18,91% 33,98%

2.7. Violência:

2.7.1. Formas de manifestação da violência na escola:

Por ordem:

- Assaltos e arrombamentos;
- Atos de vandalismo;
- Envolvimento com drogas.

2.7.2. Relação com a gestão da escola:

Na avaliação da gestão como um dos itens situados dentre os principais problemas da escola, aparece com incidência em terceiro lugar o fator da escola ser alvo de atos de violência. No fator democratização da gestão também se destaca a participação da comunidade como um item de preservação dos espaços escolares.

2.7.3. Reivindicações de pais e mães e de alunos/as:

Nos segmentos pais e mães e alunos a reivindicação por mais segurança nas escolas aparece em segundo (2º) lugar na ordem de prioridades.

2.8. Imagem dos/as trabalhadores/as em educação:

2.8.1. Agressão à dignidade e imagem dos/as trabalhadores/as em educação:

Por ordem:

- Os baixos salários da categoria;
- A marginalização dos trabalhadores/as em educação nas decisões da política educacional;
- Falta de espaço para estudo individual ou em grupo, pesquisa e desenvolvimento de projetos pedagógicos;
- Falta de estímulo e reconhecimento profissional.

As características da imagem dos/as trabalhadores/as em educação desenham alguém que: merece ganhar mais pelo trabalho que realiza (68% das opiniões entre pais e mães); é mais identificado com o perfil do/a professor/a; precisa estudar e estar se preparando continuamente; precisa de condições dignas de trabalho; tem condições de propor e de decidir.

2.8.2. Condições salariais comparadas com a importância da função:

Comparando o trabalho que desempenham com o salário que recebem

os/as trabalhadores/as em educação, é a seguinte a avaliação dos pais e mães e de alunos/as:

- 68% acham que pelo trabalho que fazem os/as trabalhadores/as em educação recebem salários menores do que merecem;
- 11% acham que pelo trabalho que fazem os/as trabalhadores/as em educação recebem salários justos;
- 11% acham que pelo trabalho que fazem os/as trabalhadores/as em educação recebem salários maiores do que merecem;
- 10% não sabem dizer.

2.8.3. Nota atribuída a educação na escola pública:

Numa escala de zero a dez, a incidência maior aparece na nota seis e meio (6,5). Pode-se considerar que, a despeito do grau de dificuldade e de diversidade de problemas que apresenta, a escola pública a expectativa dos pais e mães revela um espaço de construção da melhoria da qualidade da educação.

2.9. Perfil dos/as trabalhadores/as em educação:

2.9.1. Profissionalização:

Por ordem os fatores são:

- Salários indignos;
- Falta de uma política de formação para os/as funcionários/as;
- Falta de uma política de formação para os/as docentes.

Observa-se que o fator salário indigno aparece com uma incidência bem mais acentuada em relação aos demais. Destaque-se também, que apesar de ser um fator que diz respeito aos trabalhadores/as em educação é apontado como uma das dificuldades da escola.

2.10. Escolarização dos pais e mães:

- 70,18% Ensino Fundamental incompleto
- 13,37% Ensino Fundamental completo
- 10,20% Ensino Médio incompleto
- 6,27% Ensino Médio completo
- 2,48% Ensino Superior incompleto
- 2,61% Ensino Superior completo
- 1,19% Especialização
- 3% Não sabem informar

Além destes, foi registrado o percentual de 16% de analfabetos e nenhum registro foi feito na escolarização de mestrado e doutorado. Apesar deste quadro revelador da desescolarização de expressiva parcela da população adulta no Brasil, 67% dos pais e mães avaliam que a educação é muito importante e sem ela não se vai muito longe.

3. Experiências Pedagógicas Significativas:

3.1. Relacionadas à área de aprendizagem:

- projeto de educação ambiental
- leitura e escrita
- feiras de ciências
- elaboração de jornais, história em quadrinhos, murais, correspondências, mural de recados
- projeto de psicomotricidade, de leitura e de dança
- reciclagem do lixo
- classes de aceleração
- oferta de apoio pedagógico em horários diferenciados para alunos/as com dificuldades
- pesquisas de campo para observação de recursos naturais e culturais
- produção de textos
- unidades didáticas nas áreas de fruticultura e avicultura
- ecologia e saúde

3.2. Relacionadas à socialização e à cultura

- feira da cultura

- projetos _ canto e dança, supermercado, minha cidade, contos
- grupos de teatro
- grupos corais
- gincanas culturais e desportivas
- oficinas de integração com a comunidade escolar
- laboratórios de arte
- folclore e danças populares
- cidadania _ aulas públicas, debates, projetos relacionados às diversas áreas de ensino

3.3. Relacionadas à gestão

- semana pedagógica
- conselho de classe com participação de todos os segmentos
- reformulação do processo de avaliação do/a aluno/a
- reformulação do regimento interno da escola
- discussão e implementação coletiva do projeto político pedagógico
- parceria escola _ comunidade
- assembléia geral semanal com alunos/as
- planejamento cooperativo
- avaliação contínua

3.4. Outras

- atividades extra _ classe tais como excursões, visitas a museus, parques e exposições
- grupos de estudos temáticos nas horas _ atividades
- visita dos/as professores/as aos familiares de alunos/as visando a integração
- oficina de aproveitamento de sucata
- oficinas de iniciação profissional
- palestras, debates e seminários abertos



Abstract

tendências mais relevantes apontadas no "Retrato da Escola"

1. A grande maioria dos pais e mães (70,18%) não tem o ensino fundamental completo, mas avalia que a escola / educação é muito importante e que sem ela não se vai muito longe (67%)

2. Melhoria salarial para os/as trabalhadores/as em educação é a primeira reivindicação dos pais e mães e dos/as trabalhadores/as, aparecendo, também na reivindicação dos/as alunos/as. Ao lado dela aparecem a melhoria da infraestrutura e dos equipamentos escolares, além da regularidade e ampliação na oferta da merenda.

3. Em qualquer variável, a situação salarial dos/as trabalhadores/as em educação é destacada.

4. Junto a ela, há indicadores claros da necessidade de uma política de formação / qualificação / aperfeiçoamento para os/as trabalhadores/as em educação, reivindicada por todos os segmentos envolvidos.

5. Mesmo avançando a gestão democrática (em diversas variáveis), o clientelismo político ainda existe e é apontado como irregularidade. Atos de violência contra a escola são apontados como problemas da gestão.

6. É visível o crescimento de profissionais contratados temporariamente, entre professores/as e funcionários/as, sendo também registrada a terceirização entre os últimos.

7. Embora a maioria dos PCCR (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração) tenha se baseado em negociação com a categoria é grande a denúncia de descumprimentos no enquadramento e na implementação, além da exclusão dos/as funcionários/as.

8. São características da imagem dos/as trabalhadores/as em educação: alguém que merece ganhar mais pelo trabalho que realiza (68% entre pais e mães); mais identificado com o perfil do/a professor/a; alguém que precisa estudar e estar se preparando continuamente; alguém que precisa de condições dignas de trabalho; alguém que tem condições de propor e de decidir.

9. A maioria avaliou que a educação atual piorou comparando com os/as governadores/as e prefeitos/as anteriores; para 40% melhorou a situação em relação à organização da escola no sentido de melhorar o fluxo idade/série. Para os pais e mães e alunos/as pode ter uma relação com a auto - estima revalorizada. Para professores/as, com uma maior homogeneidade etária na composição das classes.

10. A falta de vontade política dos/as governantes é apontada como um dos principais fatores de dificuldades na educação.

11. A irregularidade no repasse de recursos para as escolas é muito destacada.

A necessidade desses recursos também é muito presente.

12. Há, ainda, muito desconhecimento da nova legislação educacional, principalmente das matrizes estruturantes: da EC 14 e do PNE. (Emenda Constitucional 14 e Plano Nacional de Educação).

13. As experiências pedagógicas constituem um leque muito amplo. Atingem todas as áreas do ensino; ocorrem internamente na escola ou na sala de aula, mas muitas envolvem a comunidade; objetivam melhorar a aprendizagem, a gestão e a socialização.